



A GOIANIDADE REPRESENTADA NA IDENTIDADE CULTURAL, NA MEMÓRIA E NO PATRIMÔNIO VILABOENSE

GOIANITY REPRESENTED IN THE CULTURAL IDENTITY, MEMORY AND VILABOENSE HERITAGE

LA GOIANIDAD REPRESENTADA EN LA IDENTIDAD CULTURAL, MEMORIA Y PATRIMONIO VILABOENSE

Laura Beatriz Alves de Oliveira¹
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7005-6398>
E-mail: laura_oliveirabv@hotmail.com

Resumo

Para compreender os termos “Goianice” e “Goianidade”, definidores da identidade cultural Goiana, destacam-se o declínio aurífero e o avanço da pecuária, cuja consequência foi um processo de ruralização que favoreceu a interiorização e um quadro de isolamento em Goiás, inaugurando a “Goianice” símbolo do “atraso”. Apenas nos anos 1930 se procurou reconstruir e reverter a imagem de Goiás, e de seus sujeitos, por meio de uma face moderna com a cidade de Goiânia e a chegada dos trilhos de ferro, em uma tentativa de inserir a região na construção da nação caracterizada pelo que chamamos de “Goianidade”. Além da Revolução de 30, a elevação de Goyaz a Monumento Histórico, em 1942, ajudou os Vilaboenses a se valorizarem na sociedade Goiana. Incentivar a preservação da tradição envolve iniciativas para criar os lugares de memória nos Goianos, que surgem para se criar uma ideia de pertencimento; desse modo, a memória acaba por estabelecer um “vínculo” entre as gerações humanas. Novas interpretações do passado podem surgir e eventos anteriormente esquecidos podem ser redescobertos e reinterpretados pela memória, patrimônio e identidade cultural.

Palavras-chave: Vila Boa de Goiás; goianidade; identidade cultural; patrimônio; memória.

Sumário

1 Introdução. 2 O Ciclo do Ouro e as Entradas. 3 O Início da Urbanização Goiana. 4 A Transferência da Capital e o “Esquecimento” de Vila Boa. 5 Patrimônio e Memória como formas de enaltecimento da Goianidade. 6 Considerações Finais. Referências.

¹ Doutoranda em Ciências da Religião, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Mestra em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Pós-Graduada em História da Arte e Graduada em História e Arquitetura e Urbanismo. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6078543449464031>

Abstract

To understand the terms “Goianice” and “Goianidade,” which define the cultural identity of Goiás, it is important to highlight the decline of gold mining and the rise of cattle ranching, which led to a process of ruralization that contributed to the region’s isolation. This process marked the beginning of “Goianice,” a symbol of “backwardness.” It was only in the 1930s that efforts were made to rebuild and reverse the image of Goiás and its people through a modern face with the city of Goiânia and the arrival of railroads, in an attempt to integrate the region into the nation-building process, which we call “Goianidade.” In addition to the Revolution of 1930, the elevation of Goyaz to the status of a Historical Monument in 1942 helped the people of Vila Boa (today known as Goiás) to gain greater appreciation within Goiás society. Encouraging the preservation of tradition involves initiatives to create spaces of memory for the people of Goiás, which emerge to foster a sense of belonging. In this way, memory establishes a “bond” between human generations. New interpretations of the past may arise, and events previously forgotten can be rediscovered and reinterpreted through memory, heritage, and cultural identity.

Keywords: Vila Boa de Goias; goianity; cultural identity; heritage; memory.

Contents

1 Introduction. 2 The Gold Cycle and Entries. 3 The Beginning of Urbanization in Goiás. 4 The Transfer of the Capital and the “Oblivion” of Vila Boa. 5 Heritage and Memory as ways of praising the Goianidade. 6 Final Considerations. References.

Resumen

Para comprender los términos “Goianice” y “Goianidade”, que definen la identidad cultural de Goias, se destaca la decadencia del oro y el avance de la ganadería, cuya consecuencia fue un proceso de ruralización que favoreció la interiorización y una situación de aislamiento en Goias. , inaugurando el símbolo del “retraso” “Goianice”. Recién en la década de 1930 intentó reconstruir y revertir la imagen de Goias y sus súbditos, a través de un rostro moderno con la ciudad de Goiania y la llegada de las vías de hierro, en un intento de insertar la región en la construcción de la nación caracterizada por lo que llamamos “Goianidade”. Además de la Revolución de 1930, la elevación de Goyaz a Monumento Histórico en 1942 ayudó a los Vilaboenses a ganar valor en la sociedad de Goias. Fomentar la preservación de la tradición pasa por iniciativas para crear lugares de memoria en Goianos, que surgen para crear una idea de pertenencia; De esta manera, la memoria acaba estableciendo un “vínculo” entre las generaciones humanas. Pueden surgir nuevas interpretaciones del pasado y eventos previamente olvidados pueden ser redescubiertos y reinterpretados por la memoria, el patrimonio y la identidad cultural.

Palabras clave: Vila Boa de Goias; goianidad; identidade cultural; herencia; memoria.

Índice

1 Introdução. 2 El ciclo del oro y sus entradas. 3 El inicio de la urbanización en

Goiás. 4 El traslado de la capital y el “olvido” de Vila Boa. 5 Patrimonio y Memoria como formas de enaltecer la Goianidad. 6 Consideraciones finales. Referencias.

1 Introdução

Segundo as observações de Chaul (2011), após o declínio da mineração de ouro em Goiás, uma aura de decadência começou a ser associada à história da região, caracterizando-a com elementos de inatividade, atraso e isolamento. Com escassas opções econômicas, que se estendiam além da exploração aurífera, a pecuária emergiu como uma alternativa viável. Isso resultou em um esgotamento no interesse pela mineração, à medida que a pecuária ganhava força. O ciclo da mineração de ouro gradualmente cedeu lugar ao ciclo da criação de gado, coexistindo em diferentes períodos.

O avanço da pecuária e da agricultura de subsistência deu origem a um processo de ruralização que promoveu o interior do estado de Goiás, contribuindo para um cenário de isolamento que persistiu até o advento da Estrada de Ferro Goiás, no século XX. Viajantes notáveis, como mencionado por Marinho (2022), Barão de Eschwege (1816), Saint-Hilaire (1819) e Johan Emanuel Pohl (1818), que registraram suas experiências em diários de viagem, juntamente com as análises de historiadores autodidatas, incluindo Luiz Antônio da Silva Souza (1812), Cunha Mattos (1824) e José Martins Alencastre (1864), que vieram a Goiás procedentes de contextos europeus, conseguiram identificar um elemento comum que contribuiu para disseminar a imagem de decadência na Capitania de Goiás. Isso marcou o início do conceito de “Goianice” para descrever a identidade cultural dos Goianos.

De acordo com Chaul (2011), somente a partir do progresso observado nas décadas de 1930, com a mudança da capital para Goiânia e a declaração de Goyaz como Monumento Histórico, em 1942, iniciou-se um esforço para reformular a imagem de Goiás, conferindo ao estado uma perspectiva mais contemporânea. Isso representou uma tentativa de integrar a região na construção da nação, um conceito que podemos chamar de “Goianidade”. Souza (2022) descreve a Goianidade como a característica distintiva dos Goianos, um elemento notável de sua identidade que ajudou os habitantes de Goiás a ganharem valor na sociedade. Esse termo, que celebra a identidade Goiana, surgiu na década de 1930 e abrange um período em que se buscava harmonizar o “antigo” com o “novo”, integrar o “rural” com o “urbano”

e reconciliar o “atraso” com o “progresso” ao longo da trajetória da história, do patrimônio, da memória e da cultura.

Este artigo visa propiciar uma compreensão detalhada dos processos que contribuíram para a construção da “Goianidade.” Em primeiro lugar, busca-se explorar a evolução histórica da identidade cultural Goiana, analisando como as transformações econômicas e sociais influenciaram a forma como a “Goianidade” foi concebida e reconfigurada ao longo do tempo. Além disso, procura-se examinar o papel do patrimônio cultural e da memória coletiva na preservação dessa identidade, destacando como a valorização dos “lugares de memória” contribuem para fortalecer o senso de pertencimento e identidade entre os Goianos. Também é fundamental discutir a dialética entre “atraso” e “progresso” na construção da identidade cultural de Goiás, mostrando como esses conceitos foram negociados e reconciliados para formar uma identidade regional que dialoga com o passado e o presente.

A problemática central desta pesquisa reside em entender como a “Goianidade” foi construída e utilizada como estratégia cultural e política para transformar a imagem de Goiás, de uma região percebida como isolada e atrasada para um espaço valorizado por sua herança histórica e cultural. O estudo problematiza o uso do patrimônio cultural e da memória coletiva como ferramentas para promover uma identidade cultural coesa, que contraponha a narrativa de “atraso” associada a Goiás e enfatize sua importância na construção da identidade nacional brasileira. A problemática envolve, portanto, uma análise crítica dos processos históricos e culturais que contribuíram para a revalorização da identidade Goiana, questionando como esses processos impactaram diferentes grupos dentro da sociedade Goiana, incluindo populações indígenas e afrodescendentes.

A hipótese central do artigo sugere que a identidade cultural de Goiás, ou “Goianidade,” foi construída deliberadamente ao longo do tempo, como uma resposta às mudanças socioeconômicas e políticas que afetaram a região. Por meio dessa preservação do patrimônio cultural material e imaterial e da criação de “lugares de memória”, como a elevação de Vila Boa de Goiás a monumento histórico, a identidade Goiana foi fortalecida, promovendo um senso de orgulho e pertencimento entre seus habitantes. A hipótese também postula que esses esforços de preservação e valorização cultural ajudaram a reconciliar as tensões entre o rural e o urbano, o antigo e o moderno, e o “atraso” e o “progresso,” permitindo construir

uma identidade regional capaz de dialogar com a narrativa nacional de modernização.

O artigo utiliza a metodologia de revisão bibliográfica, que consiste na análise e interpretação de uma ampla gama de fontes secundárias, incluindo obras acadêmicas, estudos históricos, teorias sobre memória e identidade cultural, documentos históricos e relatos de viajantes. Essa abordagem metodológica permite uma compreensão abrangente das transformações históricas e culturais que moldaram a identidade Goiana, oferecendo uma base sólida para discutir como a “Goianidade” foi construída e reinterpretada ao longo do tempo. A análise crítica dessas fontes é essencial para entender o papel da memória e do patrimônio na formação da identidade cultural de Goiás e para explorar as implicações desse processo na construção de uma identidade regional integrada à narrativa nacional.

A justificativa desta pesquisa baseia-se na importância de compreender e valorizar a construção da identidade cultural de Goiás, especialmente no contexto histórico de Vila Boa de Goiás e suas transformações ao longo do tempo. A identidade cultural, expressa em conceitos de “Goianidade” e “Goianice,” é fundamental para entender como os habitantes de Goiás se identificam com sua herança cultural e como essa identidade foi moldada em resposta a mudanças econômicas, políticas e sociais significativas, como o declínio da mineração de ouro, a expansão da pecuária e a mudança da capital para Goiânia.

A preservação da memória e do patrimônio cultural é essencial não apenas para manter vivas as tradições e o senso de pertencimento dos Goianos, mas também para promover um entendimento mais profundo de sua própria história e da contribuição de Goiás para a formação da identidade nacional brasileira. Destaca-se, aqui, a relevância de conceitos como “lugares de memória” e a necessidade de preservar o patrimônio material e imaterial, enaltecendo a importância de resgatar e valorizar as raízes culturais e históricas da região. Crucial, portanto, para combater narrativas históricas que associaram Goiás ao “atraso” e ao isolamento e para promover uma revalorização cultural que reconheça a riqueza e a complexidade da história Goiana.

Ademais, este artigo também visa a fornecer uma base teórica e empírica para futuros estudos sobre a construção da identidade cultural em contextos regionais, especialmente aqueles que, como Goiás, passaram por processos significativos de transformação e modernização. Compreender esses processos

permite refletir sobre as dinâmicas de preservação cultural, memória coletiva e identidade em outras regiões do Brasil e como elas contribuem para a diversidade cultural e histórica do país.

2 O ciclo do ouro e as entradas

Várias foram as razões que motivaram as expedições bandeirantes e, como consequência, a exploração de Goiás. Palacin (1972) identifica três fundamentos em sua obra. Em primeiro lugar, havia uma necessidade premente de encontrar uma rota terrestre que substituísse a longa e desafiadora jornada pelas vias fluviais em direção a Cuiabá. Essa questão era uma das principais preocupações tanto do governo da Capitania de Goiás quanto da metrópole, que buscavam aprimorar esse caminho/estrada. A procura por essa melhoria levou à organização de várias bandeiras, que adentraram as regiões selvagens em busca de caminhos viáveis. Destaca-se a expedição liderada por Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como Anhanguera, em 1720, que desbravou o caminho entre Vila Boa e Cuiabá, marcando o início do processo de urbanização de Goiás. Em 1722, Anhanguera e seu irmão, João Leite da Silva Ortiz, decidiram se juntar à bandeira que o próprio Anhanguera estava planejando.

Em segundo lugar, havia um contexto psicológico favorável para realizar expedições bandeirantes não apenas no interior de Goiás, mas em todo o território colonial. Durante gerações, havia rumores persistentes sobre a existência de riquezas, incluindo ouro, para além dos Andes. Tais lendas e histórias sobre a existência de tesouros incitaram muitos a se aventurarem em expedições exploratórias.

Esta crença popular encontrava um apoio numa teoria geológica renascentista, que explicava estarem os veios de metais preciosos dispostos no subsolo em grandes faixas paralelas ao Equador, aumentando em densidade ao leste para o oeste. Tinha-se por certo, consequentemente que as grandes riquezas descobertas pelos espanhóis do outro lado dos Andes deveriam prolongar-se no território do Brasil, chegando até as proximidades do Atlântico. Numerosas testemunhas afirmavam a existência de uma mítica serra de onde o ouro manava, abundante, para as cabeceiras do São Francisco e outros rios do interior (Palacin, 1972, p. 15).

Por mais de um século e meio, a esperança desses homens tidos como modernos persistiu, mas a situação sofreu uma reviravolta, como Palacin (1972) observou: “Primeiro, as minas de Minas Gerais foram descobertas, logo após, as de

Cuiabá. Isso confirmou as teorias e os antigos boatos”. Essa revelação indicava claramente que o sertão desconhecido de Goyaz, situado entre essas “minas”, também poderia fazer parte desse novo “*El Dourado*”.

O terceiro motivo, e talvez o mais crucial, era o contexto político em que a Coroa Portuguesa se encontrava. Qualquer expedição que pudesse enriquecer os cofres de Portugal era muito bem-vinda, especialmente diante da crise na produção de açúcar. O incentivo, portanto, para explorar novas regiões e encontrar recursos valiosos era bastante forte, tornando as expedições bandeirantes ainda mais atrativas para a Coroa Portuguesa.

No ano de 1721, três paulistas da Vila de Santana de Parnaíba, Bartolomeu Bueno da Silva, João Leite da Silva Ortiz e Domingos Rodrigues do Prado decidiram entrar em contato com a Coroa Portuguesa oferecendo-se para financiar uma expedição bandeirante ao sertão da Capitania de São Paulo. O principal objetivo da expedição era a busca por minas, e, em troca, eles solicitaram “o imposto das passagens dos rios que necessitassem de canoa por três gerações, e as outras honras e vantagens que o rei costumava conceder nestes casos” (Palacin, 1972, p. 19). De acordo com Palacin (1972), a resposta do rei chegou no ano seguinte, em 14 de fevereiro. Após o documento ser assinado pelo governador Rodrigo Cesar de Menezes, Bartolomeu, mais conhecido como Anhanguera Filho, partiu em direção ao sertão de Goyazes no dia 3 de julho de 1722. Três anos depois, havia muita especulação sobre o sucesso ou o fracasso de sua missão, Anhanguera retornou à Capitania de São Paulo em 21 de outubro de 1725. Voltou triunfante, anunciando que em sua bandeira haviam sido descobertos cinco córregos auríferos, além de minas que, a princípio, eram tão ricas quanto as de Cuiabá. Essas minas estavam localizadas em uma região de clima ameno e fácil acesso.

Goiás, conhecido como as Minas dos Goyazes, entra para a história com esse título, que perduraria por quase um século. Conforme observado por Vidal (2009), os primeiros anos foram caracterizados por uma atividade frenética. Com a notícia da descoberta do ouro se espalhando rapidamente por toda a colônia, uma multidão diversificada se dirigiu para essas terras ainda inexploradas. Alguns eram atraídos pelas promessas de enriquecimento rápido, enquanto outros buscavam escapar da justiça ou de seus credores; formava-se, assim, a primeira base populacional de Goiás.

Conforme ressaltado por Souza (2022), após o entusiasmo inicial e a subsequente decadência da exploração do ouro, fatores geográficos criaram desafios de transporte e, frequentemente, impediram a chegada de mercadorias. Isso limitava a capacidade dos primeiros habitantes de Goiás de produzir bens para exportação. A atividade agrícola era rudimentar e se restringia, principalmente, à produção de alimentos para consumo próprio. Dado que havia poucas oportunidades de atividades econômicas além da mineração, a pecuária emergiu como uma alternativa viável. O vasto território favorecia a criação de gado e a capacidade de autotransporte facilitava a chegada do gado a outros mercados consumidores. Assim, a mineração perdeu atratividade à medida que a pecuária se desenvolvia. Os ciclos do ouro e da pecuária coexistiram por um período, ocupando diferentes espaços. O avanço da pecuária e da agricultura de subsistência resultou em um processo de ruralização que promoveu a interiorização e criou um cenário de isolamento em Goiás, rompido somente com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro em Goiás, no século XX.

3 O início da urbanização goiana

De acordo com Palacin (1972), com o objetivo de estabelecer o poder concedido pela Coroa e organizar a ocupação humana em um espaço que já não podia ser considerado um mero acampamento, Anhanguera fundou um arraial. Essa povoação era uma espécie de aglomerado de habitações sem autonomia jurídica ou administrativa, submetida à tutela de uma vila, nesse caso, à Vila de São Paulo. Anhanguera ordenou que uma capela fosse construída no centro de uma de suas concessões e essa capela, dedicada a Santa Ana, foi erguida em uma ligeira elevação, um pouco acima do Rio Vermelho. A partir dessa capela, em 1726, começaram a ser traçadas as principais ruas daquilo que se tornaria o Arraial de Sant'Anna. Em torno do Arraial de Sant'Anna, nas margens dos córregos e dos rios ricos em ouro, rapidamente surgiram centros de garimpo, no qual pequenos vilarejos se formaram, incluindo o Arraial da Barra. Outros centros de garimpo próximos a Sant'Anna incluíam Ferreiro, Anta, Ouro Fino e Santa Rita. O Arraial de Santa Cruz surgiu em 1729 e, dois anos depois, em 1731, o Arraial do Meia Ponte, que hoje é conhecido como Pirenópolis, foi estabelecido.

Nos arraiais, habitavam pessoas de diversas origens étnicas: brancos, negros, pretos, mulatos, índios, pardos e, nas palavras de Palacin (1972, p. 12), “nos primeiros anos do século XVIII já passavam de mais de trinta mil pessoas, homens e mulheres, jovens e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, escravizados e escravizadas”. Em 1792, registrou-se o maior número de negros e mulatos na Capitania de Goyaz, em um total de 38.533 homens e mulheres, a maioria dos quais eram escravizados, representando aproximadamente 60 a 80% da população das vilas mineradoras. Conforme Karasch (2012), na Correição de Vila Boa, 65,4% da população era por negros e mulatos, enquanto o restante habitava na Correição do Norte. Dos 34,6% da população negra da Capitania de Goyaz que vivia na Correição do Norte, 5.328, ou seja, 39,9%, residiam no Julgado de Traíras. Para trabalhar nas minas de ouro, africanos de diversas origens na diáspora africana foram traficados, chegando ao Brasil por meio dos portos de Belém, Salvador, Recife, Natal, Parnaíba e São Luiz. A partir desses portos, eles se dirigiram para Goiás, seja por meio de longas caminhadas, seja pelo Rio Tocantins. A presença e a contribuição dos afrodiáspóricos e seus descendentes foram fundamentais para a história e a formação das comunidades nos Arraiais e posteriores cidades em Goiás.

Como sede administrativa, o Arraial de Sant'Anna estava em constante crescimento populacional e estabilidade, o que levou as autoridades portuguesas a enviarem o conde de Sardezas, que era o capitão-general de São Paulo, com o objetivo de criar a primeira vila em Goiás. No entanto, a missão foi frustrada pela morte do conde durante a viagem. Como resultado, seu substituto, D. Luís de Mascarenhas, assumiu o governo de São Paulo e, dois meses depois, veio a Goiás para dar continuidade à missão. Em 25 de julho de 1739, o Arraial de Sant'Anna foi elevado à categoria de Vila Boa de Goiás.

Para Bicca (2008), o urbanismo colonial português no período estabelecido no Brasil não seguia uma legislação geral específica. Os colonizadores frequentemente adotavam as Ordenações do Reino, que continham diretrizes específicas para casos individuais. As Cartas Régias, que tratavam da fundação de vilas e cidades, geralmente eram usadas como um modelo e, em sua maioria, eram aplicadas de uma localidade para outra, tornando-se quase uma regra padrão para estabelecer assentamentos no Brasil colonial.

Para Maia, Élis e Camargo Maia (1979), Vila Boa, embora tenha sido estabelecida após as cidades das Minas Gerais, ainda apresentava as

características típicas de uma cidade colonial. De acordo com os critérios da época, uma cidade colonial deveria ter uma Casa de Câmara e Cadeia, uma praça com um pelourinho e uma igreja Matriz. As ruas e praças eram definidas pela disposição das casas nos lotes e todas as casas eram alinhadas com precisão. As ruas tinham a mesma largura, para garantir a beleza do ambiente urbano. Em teoria, deveria existir uma rua principal mais “reta”, chamada de Rua Direita, que ligava pontos importantes da cidade. As igrejas, geralmente, localizavam-se em praças, largos ou adros, muitas vezes em locais elevados, para se destacarem na paisagem. Em 1739, Vila Boa apresentava a mesma estrutura urbana que persiste até os dias de hoje, com lugares como o Largo do Chafariz ou da Boa Morte, a Rua da Fundação, o Largo do Palácio, a Rua Moretti Foggia e, por fim, o Largo do Rosário dos Pretos, embora esses locais tenham tido nomes diferentes naquela época.

Como menciona Chaul (2011), assim como em todo o período colonial, o catolicismo desempenhou um papel central na Cidade de Goiás desde a sua fundação. As igrejas não eram apenas expressões da devoção da população local, mas também eram consideradas símbolos de civilização para a cidade. Naquela época, eram construções numerosas e se destacavam como as edificações mais imponentes, rivalizando diretamente com os prédios públicos, como a Câmara e Cadeia e o Palácio Conde dos Arcos.

4 A transferência da capital e o “esquecimento” de Vila Boa

De acordo Santos e Campos (2021), a região que vai de Vila Boa à Cidade de Goiás permaneceu como a capital de Goiás por mais de 200 anos, desde o período colonial até a república. No entanto, ao longo desse tempo, vários relatos de viajantes, governadores e presidentes da província sugeriram que a cidade enfrentava obstáculos para o seu crescimento. Tais obstáculos incluíam a localização cercada por serras, a vulnerabilidade a possíveis ataques, a distância dos principais centros econômicos e políticos e problemas sanitários. Devido à narrativa de atraso e decadência associada à cidade, em diversas ocasiões foi proposta a transferência da capital para outro local. No governo do Conde dos Arcos (1749-1755), já se cogitava mudar o centro administrativo colonial para Meia Ponte (Pirenópolis). Posteriormente, no governo de Miguel Lino de Moraes (1827-1831), surgiu a proposta de transferir a capital para a cidade de Água Quente, uma região

mais populosa e com um comércio intenso. A mudança da capital se tornou uma realidade quando Pedro Ludovico tomou posse do poder na década de 1930, assumiu o governo durante a Revolução de 1930 e foi nomeado interventor do Estado de Goiás por Getúlio Vargas. A transferência da capital se tornou um dos principais projetos de seu governo, representando um símbolo de ascensão ao poder, um ícone de progresso e modernidade e uma fronteira entre o “antigo” e o “novo” Goiás. A mudança da capital teve um profundo impacto na história e no desenvolvimento desse estado.

A criação do município de Goiânia, em 1935, com a nomeação de Venerando de Freitas Borges como prefeito, teve um profundo impacto em Vila Boa, à medida que a população percebia a intransigência de Pedro Ludovico e reconhecia que a transferência da capital era irreversível. Gradualmente, os órgãos oficiais foram sendo retirados da Cidade de Goiás e transferidos para Goiânia. Conforme Santos e Campos (2021), a mudança da capital afetou profundamente os habitantes de Vila Boa, pois muitos de seus símbolos estavam sendo ignorados e, em alguns casos, destruídos.

Para minimizar o sentimento de perda e abandono, a estratégia principal foi reverter a imagem da Cidade de Goiás, associada ao atraso, à insalubridade e à decadência. Foi difundida a ideia de que a cidade era o berço da cultura Goiana e a matriz que gerou a história das tradições Goianas. Uma das primeiras tentativas de sensibilizar os habitantes de Vila Boa e os demais Goianos em relação à sua história e tradição ocorreu em 1936, por meio do Comitê Pró-Goiás. Nessa iniciativa, o professor Luiz do Couto chamou a cidade de “Panteon venerável, onde jazem filhos ilustres que, na política, na ciência, e nas armas ergueram muito alto o seu símbolo de gloriosas tradições e de um passado venerando e imorredouro” (Câmara, 1979, p. 208 *apud* Santos; Campos, 2021). Esse Comitê não conseguiu impedir a mudança da capital, mas teve êxito ao criar um novo imaginário, que conferiu uma identidade significativa aos habitantes de Vila Boa. Fomentar a preservação da tradição envolveu iniciativas para criar lugares de memória que ressaltassem a importância histórica e cultural da cidade.

Pierre Nora (1993) destaca que os lugares de memória surgem como uma forma de criar um senso de pertencimento, tornando-se algo interno e psicológico. Ele argumenta que a memória, da maneira como a entendemos, não mais existe, sendo revivida e ritualizada na tentativa de identificação por parte dos indivíduos.

Afirma, ainda, que a sociedade contemporânea utiliza a história para estabelecer lugares nos quais pode acreditar que não é feita de esquecimento, mas sim de lembranças. Ele escreve que “[o]s lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora” (Nora, 1993, p. 12). Nora enfatiza que a memória existente se transforma em história e tudo que é chamado de “clarão de memória” é, na verdade, o desaparecimento final da memória no fogo da história. Ele argumenta que a necessidade de memória é, na verdade, uma necessidade da história. A preservação da memória é, em última instância, a necessidade de reconstruir a identidade da sociedade, considerando-se como algo formado a partir do passado até o presente. A preservação de vestígios, trilhas, fósseis, cidades e outros elementos se torna, portanto, essencial para manter essa conexão com o passado e a continuidade da identidade histórica da sociedade.

Em 1940, de acordo com Santos e Campos (2021), o pintor e restaurador João José Rescala chegou à Cidade de Goiás a serviço do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), com o objetivo de realizar um inventário dos bens artísticos da cidade. Ele catalogou imóveis públicos e civis que poderiam ser considerados candidatos a monumentos históricos. A presença de João José Rescala na cidade contribuiu para consolidar a ideia de valorização das tradições de Vila Boa nas décadas de 1940 e início de 1950. Logo após o Batismo Cultural de Goiânia, em 1942, a Cidade de Goiás começou a ganhar novos valores, alterando a percepção de seus habitantes de uma “cidade degradada” para uma “cidade histórica”. Isso a transformou em um local de valorização e afirmação da memória vilaboense. No mesmo ano, Moisés Costa Gomes, membro do Departamento Administrativo do Estado de Goyaz, apresentou um parecer em um processo da Interventoria Federal, sugerindo ao presidente Getúlio Vargas a “elevação de Goyaz a Monumento Histórico” (Tamasso, 2007, p. 120 *apud* Santos; Campos, 2021). Muitos intelectuais vilaboenses acreditavam que a cidade, reconhecida como monumento histórico, seria novamente valorizada na sociedade Goiana. Essas ações e reconhecimentos contribuíram para preservar e valorizar o patrimônio histórico e cultural da Cidade de Goiás.

A decadência do ciclo aurífero em Goiás deixou uma marca de estigma que permeou as análises históricas da região, caracterizando-a como um lugar de ócio, atraso e isolamento, conforme observado por Chaul (2011). Viajantes e historiadores

autodidatas que passaram por Goiás, como o Barão de Eschwege (1816), Saint-Hilaire (1819) e Johan Emanuel Pohl (1818), contribuíram para disseminar essa imagem de esgotamento da capitania (Marinho, 2022). Eles compartilharam suas experiências em cadernos de viagem e ajudaram a construir a narrativa da “Goianice” como parte da identidade cultural do Goiano. No entanto, a partir dos anos 1930, houve esforços para reconstruir a imagem de Goiás e imprimir uma face mais contemporânea ao estado. Essa iniciativa pode ser vista como uma tentativa de integrar a região na construção da nação, o que é chamado de “Goianidade”, definida por Souza (2022) como a característica distintiva do Goiano que se tornou um elemento marcante de sua identidade. Esses esforços visavam superar a imagem de decadência e promover uma visão mais positiva e contemporânea de Goiás.

A Goianidade, de acordo com Souza (2022), não é apenas moldada pela história socioeconômica de Goiás, mas também vai além das questões sociais e econômicas, manifestando-se em diversos aspectos da cultura, do estilo de vida, da língua falada pelos Goianos e de suas memórias. A identidade Goiana, representada pela Goianidade, surge da interação de diversos elementos, incluindo os sociais, econômicos, culturais, comportamentais e linguísticos. Ela emergiu na década de 1930 e reflete uma época em que se busca conciliar o “velho” e o “novo”, fundir o “antigo” com o “moderno”, envolver elementos tanto rurais quanto urbanos e reconciliar o “atraso” com o “progresso” ao longo da trajetória histórica, do patrimônio, da memória e da identidade cultural de Goiás. Ela representa a síntese de uma identidade regional única desenvolvida ao longo do tempo, refletindo a complexidade e as mudanças na sociedade Goiana.

5 Patrimônio e memória como formas de enaltecimento da goianidade

Enaltecer a herança cultural Goiana, e suas Goianices e Goianidades, pode fornecer informações significativas acerca da história do estado de Goiás e do passado de seus cidadãos. Esses dois termos acabam por contribuir para a formação da identidade do Goiano, como também para a formação de grupos, nas categorias sociais e no resgate à memória, desencadeando uma ligação entre as pessoas e suas raízes. Em vista disso, sua preservação torna-se fundamental no

que diz respeito ao desenvolvimento cultural de um povo, pois reflete em sua formação sociocultural.

Preservá-los, então, pode ser uma medida eficaz para garantir que a sociedade tenha a oportunidade de conhecer sua própria história e de outros, por meio do patrimônio material, imaterial, arquitetônico ou edificado, arqueológico, artístico, religioso e da humanidade. Por meio de Vila Boa, da materialidade e da memória, o indivíduo consegue se realizar e afirmar sua identidade cultural, podendo, também, reconstruir seu passado histórico. O patrimônio possui a capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas a ele e, por isso, é alvo de estratégias que visam a sua promoção e preservação.

Para Rocha (2012), quando se fala em patrimônio cultural, imediatamente associa-se o termo aos conceitos de memória e identidade, “uma vez que entendemos o patrimônio cultural como locus privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade” (Pelegriani, 2006, p. 1 *apud* Rocha, 2012). Segundo Pelegriani (2006 *apud* Rocha, 2012), as noções de patrimônio cultural estão vinculadas às de lembrança e de memória, fundamentais no que diz respeito a ações patrimonialistas, uma vez que os bens culturais são preservados em função da relação que mantêm com as identidades culturais.

Para Pierre Nora (1993), o patrimônio desempenha um papel fundamental na preservação da memória. Pela conservação de lugares, objetos e tradições culturais, uma sociedade mantém viva sua conexão com o passado e fortalece sua identidade cultural.

Pierre Nora, em sua obra *Lugares de memória*, aborda a necessidade contemporânea de identificar-se o indivíduo por meio da memória, do patrimônio e da identidade cultural. Para Nora, a memória é acessada e enaltecida por meio de grupos “regionais”, que podem ser entendidos como categorias sociais, como grupos étnicos, sexuais, comportamentais, de diferentes gerações e gêneros, entre outros.

O autor define os lugares de memória como uma combinação de história e memória, momentos híbridos em que não se pode apenas invocar a memória; é preciso identificar uma origem, um nascimento, algo que ancore a memória no passado, tornando-a viva no presente e, ao mesmo tempo impedindo, que ela se fossilize novamente. Os lugares de memória são, portanto, elementos que mantêm viva a conexão entre o passado e o presente, permitindo que a memória seja

reavivada e continue a desempenhar um papel significativo na identidade das pessoas e das comunidades.

O passado nos é dado como radicalmente outro, ele é esse mundo do qual estamos desligados para sempre. É colocando em evidência toda a extensão que dele nos separa que nossa memória confessa sua verdade como operação que, de um golpe a suprime (Nora, 1993, p. 13).

Para Nora, os lugares de memória são espaços criados pelo indivíduo diante da crise dos paradigmas modernos, e que com esses espaços se identificam, se unificam e se reconhecem agentes de seu tempo, isto é, a tão desejada volta dos sujeitos:

a atomização de uma memória geral em memória privada dá à lei da lembrança um intenso poder de coerção interior. Ela obriga cada um a se lembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade. Esse pertencimento, em troca, o engaja inteiramente (Nora, p.17-18, 1993).

Pierre Nora utiliza, ainda, de categorias da modernidade para explicar a sociedade que ele diz surgir com sua ruptura, afinal, o desejo de resgatar uma memória que autolegitima uma ação no presente evidencia a concepção da história como processo que encadeia passado, presente e futuro.

A visão de Jacques Le Goff, conforme exposta em sua obra de 1990, destaca a importância da memória na compreensão da história de uma sociedade. Ele enfatiza que a memória coletiva desempenha um papel fundamental na maneira como as pessoas se percebem e percebem o mundo ao seu redor. Essa memória compartilhada, frequentemente transmitida por meio de narrativas, mitos e tradições, molda a identidade de um grupo ou nação e influencia a forma como a história é percebida. De acordo com Le Goff (1990), a memória é essencial para evitar que o passado seja completamente esquecido, uma vez que ela retém informações que permitem às pessoas reviver experiências passadas. Por meio do compartilhamento de experiências e da preservação da memória, o passado continua a ser “vivo” na consciência humana. Dessa forma, a memória contribui para a perenização da história, permitindo que as gerações futuras tenham acesso a experiências e informações do passado e, assim, mantenham viva a conexão com suas raízes históricas.

A visão de Jacques Le Goff (1990) enfatiza o papel da memória na criação de um vínculo afetivo entre as gerações humanas e o tempo histórico que as

acompanha. Esse vínculo permite que as pessoas se vejam como “sujeitos da história” e, assim, reconheçam seus direitos e deveres em relação à sua comunidade e à sua identidade cultural. Le Goff (1990) destaca que a identidade cultural de uma comunidade, seja ela um país, estado, cidade ou grupo social, é moldada pela memória individual e coletiva. A preservação e divulgação dos bens culturais desempenham um papel fundamental na construção do “ethos cultural” e da cidadania. Isso significa que a memória não é apenas um fenômeno estático, mas sim dinâmico, sujeito a mudanças ao longo do tempo. À medida que as sociedades evoluem e se transformam, suas memórias coletivas também se modificam. Novas interpretações do passado podem surgir, eventos anteriormente esquecidos podem ser redescobertos e reinterpretados. A memória, o patrimônio e a identidade cultural desempenham um papel essencial na construção e evolução da identidade de uma comunidade e na maneira como ela se relaciona com seu passado e presente.

A construção da identidade é um processo que envolve a interação com outros indivíduos e grupos sociais. Conforme destacado por Rocha (2012) e Pollak (1992), a identidade se forma em relação aos critérios de aceitação, admissibilidade e credibilidade estabelecidos pelo contexto social. Ela é moldada e negociada na interação direta com outros membros da sociedade. No contexto do patrimônio, que abrange elementos culturais recebidos do passado e vivenciados no presente, essa construção de identidade se torna evidente. O patrimônio cultural é um componente fundamental na formação da identidade de uma comunidade. Ele reflete a herança cultural, os valores, as tradições e a memória compartilhada por um grupo de pessoas. Ao valorizar e preservar seu patrimônio, uma comunidade reforça seu sentimento de pertencimento e fortalece sua identidade cultural. O patrimônio cultural é, portanto, uma parte essencial na construção da identidade de um grupo social e na maneira como ele se relaciona com sua história e herança cultural.

6 Considerações finais

A identidade cultural, expressa pela afirmação do ser Goiano e da Goianidade, desempenha um papel central na vida e na história do povo de Goiás. Esse conceito é fundamental para compreender como os Goianos se veem e como

se relacionam com seu passado, seus valores, suas tradições e o sentido de pertencimento a uma comunidade específica.

A identidade cultural vai além de uma simples autoidentificação; ela é um componente vital da coesão social e da estabilidade comunitária. O patrimônio cultural e a memória coletiva são instrumentos indispensáveis para preservar a história e a identidade de uma comunidade. Por meio do reconhecimento e da valorização de suas tradições e legados, o povo Goiano fortalece seus laços internos e reafirma sua posição no contexto nacional e regional.

O conceito de Goianidade, com sua ênfase na valorização da história local e na superação de estigmas associados ao atraso, como a Goianice, é crucial para fortalecer a identidade regional. Ele proporciona uma forma de enfrentar e transformar percepções negativas, ao mesmo tempo em que celebra e resgata aspectos positivos e marcantes da história e da cultura Goiana. A construção e a afirmação da Goianidade envolvem um processo de reavaliação e reinterpretação do passado, que busca integrar o antigo com o moderno, e o rural com o urbano, promovendo uma visão mais positiva e dinâmica do estado de Goiás.

O patrimônio cultural, material e imaterial, e a memória coletiva são fundamentais para evitar a perda da riqueza histórica e cultural associada a Vila Boa e a Goiás. Esses elementos não apenas preservam o legado histórico, mas também criam uma conexão contínua entre o passado e o presente, permitindo que as novas gerações compreendam e valorizem suas raízes culturais. A preservação desses elementos contribui para a construção de uma identidade mais robusta e coesa, que reflete a riqueza e a complexidade da experiência Goiana.

Além disso, a memória e a identidade cultural são dinâmicas e evolutivas. À medida que a sociedade se transforma, também o faz sua percepção e valorização do patrimônio e da memória. Esse processo contínuo de reinterpretação e reinvenção da identidade cultural é essencial para manter a relevância e a vitalidade da Goianidade em um mundo em constante mudança.

A identidade cultural, o patrimônio e a memória não são, portanto, apenas aspectos do passado, mas são também ferramentas ativas na formação e na consolidação da identidade coletiva. Eles ajudam a construir uma narrativa coesa e significativa, que une o passado ao presente e orienta o futuro. Ao valorizar e preservar esses elementos, a sociedade Goiana não apenas mantém viva sua herança cultural, mas fortalece seu senso de pertencimento e coesão, garantindo

que a história e as tradições de Goiás continuem a desempenhar um papel significativo na vida de seus habitantes.

Referências

BICCA, Briane Elisabeth. **Arquitetura na Formação do Brasil**. 2. ed. Brasília, DF: Unesco: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008.

CHAUL, Nasr Fayad. A identidade cultural do Goiano. **Ciência & Cultura**, São Paulo, v. 63, n. 3, p. 42-43, 2011.

KARASCH, Mary C. Centro-Africanos no Brasil central, de 1780 a 1835. *In*: HEYWOOD, Linda M. **Diáspora negra no Brasil**. Tradução de Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. São Paulo: Contexto, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

MAIA, Tom; ELIS, Bernardo; MAIA, Thereza Regina de Camargo. **Vila Boa de Goiás**. 1. ed. São Paulo: Editora Nacional; Embratur, 1979.

MARINHO, Thais Alves. Discursos sobre a diáspora africana em Goiás. *In*: **Goiás +300, Ressignificação e Reflexão**. Goiânia: Editora IHGG, 2022.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993.

PALACIN, Luiz. **Goiás 1722-1822**: estrutura e conjuntura numa Capitania de Minas. Goiânia: Editora Gráfica Oriente, 1972.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

ROCHA, Thaíse Sá Freire. Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. *In*: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-MG, XVIII., 2012, Mariana. **Anais [...]**. Mariana, MG: Anpuh, 2012.

SANTOS, Fernando Martins dos; CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. Patrimônio, religião e identidades na cidade de Goiás. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2021.

SOUZA, Elaine Cristina Borges. Goianês: aspectos da fala Goiana a partir de uma pesquisa netnográfica. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. XXVI, n. 3, jan.-dez. 2022.

VIDAL, Laurent. Sob a máscara do colonial. Nascimento e “decadência” de uma vila no Brasil moderno: Vila Boa de Goiás no século XVIII. **História**, São Paulo, v. 28, n. 1, 2009.